

----- **ACTA N.º 10/2010** -----

-----Aos 26 dias do mês de Abril de 2010, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Victor Martins Santos; -----

-----António Graça Silva. -----

-----Faltou a esta reunião o Senhor Vereador Júlio Manuel dos Santos. ---

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** cumprimentou todos os presentes e começou por informar que durante o período de 28 a 30 de Abril estaria ausente do país, conjuntamente com o Senhor Vereador António Silva, em representação do Município. -----

-----De seguida, informou que foi recepcionado na autarquia um requerimento do Senhor Vereador Victor Santos, a requerer a suspensão

da eficácia das deliberações da reunião extraordinária do dia 15 de Abril de 2010, por considerar que não tinha sido convocado.-----

-----De seguida, sobre a mesma convocatória louvou o comportamento do Senhor Vereador Júlio Santos, que recebeu a convocatória, faltou à reunião, mas apresentou justificação de falta, não levantando qualquer objecção relativamente à mesma. -----

-----Informou que a partir da presente data as convocatórias para as reuniões de Câmara deverão ser necessariamente enviadas com aviso de recepção, para que situações como esta não voltem a acontecer. Contudo, o Senhor Vereador Victor Santos havia prescindido desse procedimento.----

-----Esclareceu que, apesar de o Senhor Vereador ter sido convocado nos prazos legais, o Executivo em exercício, decidiu considerar a reunião do dia 15 de Abril de 2010, sem efeitos e agendar para a presente reunião todos os assuntos que faziam parte da Ordem de Trabalhos da anterior reunião, para que todos participem na sua discussão e apresentem os seus melhores contributos, porque este Executivo nada tem a esconder e pauta a sua gestão por uma total transparência. -----

-----Disse que o Executivo em exercício tem uma postura construtiva, aberta a sugestões e projectos e tal como aconteceu no anterior mandato, onde a oposição apresentava projectos e ideias que eram discutidas e aprovadas, o Senhor Vereador Victor Santos deveria seguir o exemplo dos seus colegas de então, porque é para trabalhar em prol do Concelho de Celorico da Beira que foram eleitos pelos Celoricenses.-----

-----Por último, disse que, na sua opinião a atitude do Senhor Vereador foi, no mínimo deselegante, porque numa conversa informal que tiveram por telefone lhe havia comunicado que iria acontecer uma reunião extraordinária no dia 15 de Abril, e, mais, no dia em que entregou o requerimento na autarquia, tinha estado com o Senhor Vereador que nada disse relativamente a esta situação e posteriormente remeteu o assunto para o Presidente da Assembleia Municipal, IGAL, Líder das Bancadas

Municipais e Deputados Nacionais do PSD. Reiterou que esta não é a sua forma de estar na política. -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Vereador Victor Santos** começou por dizer que respeita e tem o maior apreço pelo cidadão, Eng.º José Monteiro e tem e deve ter todo o respeito institucional pelo Senhor Presidente da Câmara e Vereadores, mas considera que há regras institucionais que têm que ser cumpridas. Disse que a conversa telefónica que teve com o Senhor Presidente foi informal, onde o Senhor Presidente disse que haveria uma reunião extraordinária no dia 15, não referindo qual era a Ordem de Trabalhos, tendo apenas recebido a convocatória na quarta-feira (15) às 13 horas. -----

-----Referiu que não confunde o relacionamento pessoal com o profissional. Disse ainda, que o princípio de serviço público está muito presente na sua conduta e quando faz exposições sobre a gestão do município a outras entidades dá sempre conhecimento do teor das mesmas à autarquia, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara. Referiu que não irá mudar esta sua forma de estar na política, porque na sua opinião é esta a forma correcta de agir enquanto Vereador deste Executivo. Relativamente à colaboração, disse que sempre esteve disposto a colaborar, mas o Senhor Presidente tem que, em primeiro lugar dar condições aos Vereadores da Oposição para cumprimento das suas funções. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** começou por dizer que ainda imbuído do espírito das comemorações dos 36 anos do 25 de Abril, o Senhor Presidente da Câmara deu uma lição de democracia ao marcar esta reunião, porque institucionalmente nada o obrigava a fazer, uma vez que foram cumpridos os procedimentos, para a convocação da reunião extraordinária que ocorreu no passado dia 15 de Abril. Continuou dizendo que, se o Senhor Vereador não recebeu a convocatória deverá averiguar

essa situação junto dos correios, porque esta saiu da autarquia no dia 12 de Abril.-----

-----Disse que este Executivo tem pautado a sua actuação por relacionamentos formais e informais, dado tratar-se de uma terra pequena, onde todos se conhecem, remeter tudo o que acontece na Câmara Municipal para o IGAL, parece-lhe um pouco despropositado, até porque muitas destas situações seriam facilmente solucionadas com uma simples reunião. Reiterou que este Executivo sempre teve as portas abertas para todos. Na sua opinião este tipo de situações dá uma má imagem da autarquia e do seu Executivo, perante estas instituições, porque dá a entender que não têm abertura e que esta Câmara é ditatorial, o que, como é do conhecimento de todos, não corresponde à verdade.-----

-----Disse ainda, que o Senhor Vereador tendo faltado à reunião nada o impedia de na reunião seguinte antes da ordem do dia colocar as questões que pretendesse sobre os assuntos, porque certamente seria esclarecido em todas as suas dúvidas. Mas, entendeu ir por outra via e assim sendo, tal como já foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara a partir de hoje tudo será institucionalizado. -----

-----De seguida, usou da palavra o Senhor **Vereador António Silva** e disse que não irá repetir o já foi dito, mas no entanto queria reiterar a total confiança que este Executivo deposita nas funcionárias que trabalham na Secção de Actas, que desempenham o seu trabalho com idoneidade e profissionalismo e conduzem a gestão da secção com boas práticas de ética, revelando uma conduta profissional e de carácter incontestável.-----

----- **ASSUNTOS NÃO AGENDADOS** -----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -

-----**SUBSÍDIO EMCEL – 2.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO;** -----

-----REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE  
CELORICO DA BEIRA;-----

-----RATIFICAÇÃO DE DESPACHOS:-----

----- - EMPREITADA – “BENEFICIAÇÃO DA EN16 (CELORICO-LIMITE  
DO CONCELHO – GUARDA)” – APROVAÇÃO DE PROJECTOS –  
RATIFICAÇÃO DE DESPACHO; -----

----- - EMPREITADA – “BENEFICIAÇÃO DA EM581 (CRUZAMENTO  
DO BARAÇAL – LIMITE DO CONCELHO)” – APROVAÇÃO DE  
PROJECTOS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO; -----

----- - EMPREITADA – “BENEFICIAÇÃO DA EM VELOSA – LIMITE DO  
CONCELHO” – APROVAÇÃO DE PROJECTOS – RATIFICAÇÃO DE  
DESPACHO;-----

----- - EMPREITADA – “BENEFICIAÇÃO EM 555 (PRADOS –  
ENTRONCAMENTO DE LINHARES) E DA EN 17 – EM 554  
(MESQUITELA) – APROVAÇÃO DE PROJECTOS – RATIFICAÇÃO DE  
DESPACHO;-----

-----AVISO N.º 21/2010 – CANCELAMENTO DO MERCADO  
MUNICIPAL PARA O DIA 18 DE MAIO;-----

-----PEDIDO DE APOIO/PATROCÍNIO – NOVOS FITADOS DE  
DIREITO;-----

-----RECTIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO – ISENÇÃO DE IMT – PAULO  
MIMOSO. -----

-----

-----ORDEM DO DIA-----

-----

-----I - APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DE  
17/03 E 07/04 DE 2010-----

-----Foi presente a acta número 7, da reunião ordinária do Executivo de  
17/03/2010, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros,  
para rectificação e posterior aprovação. -----

-----

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada por maioria, com um voto contra, do Senhor Vereador Victor Santos.**-----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Victor Santos:**-----

-----“Voto contra, porquanto na justificação de falta não consta o motivo invocado para a referida falta e que foi o Senhor Vereador Victor Santos não comparecer por não ter sido convocado no prazo legalmente previsto, não lhe permitindo ter conhecimento da reunião.”-----

-----Foi presente a acta número 8, da reunião ordinária do Executivo de 07/04/2010, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.-----

-----**Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada, por unanimidade.**-----

-----**II - SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**-----

-----**ASSUNTO: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS A 2009**-----

-----Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente o documento referenciado em epígrafe que se anexa a esta acta (**anexo I**), para análise e apreciação do Executivo.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** no uso da palavra começou por dizer que, 2009 reflecte uma situação difícil em termos financeiros, dado que existe um histórico na autarquia acumulado, que tem vindo humildemente a fazer face. Em 2009, esta recuperação não foi tão acentuada dado que houve excesso de obras financiadas, que embora se tenham iniciado, em grande parte em 2008, efectivou-se em uma taxa de realização física extremamente elevada, isto obriga que a autarquia

acompanhasse os autos de realização de obra o que não permitiu nesta medida fazer face a uma recuperação do endividamento conforme se esperava. As obras a que se referiu são as que são financiadas pelo INTERREG, bem como acções de animação cultural e turística, que se caracterizam por, factura passada, fluxo de saída correspondente do município, sendo o pedido de reembolso efectuado apenas quando esta última se realizar, infelizmente a recuperação da taxa financiada é efectuada tardiamente e em exercícios subsequentes. Embora esta realidade seja transparente na Contabilidade, cria graves constrangimentos de Tesouraria. Disse que existe também uma elevada taxa de execução física nas obras de Santa Eufêmea, Santa Luzia e Biblioteca Municipal, com um total superior a 2 milhões de euros, o que contribuiu de igual forma para as dificuldades de tesouraria. A prova deste facto poderá ser verificada nas actas de Assembleia de 2009 e acta do Executivo em datas aproximadamente do 3.º trimestre, em que foi reflectido a necessidade de candidatura ao PREDE, muito embora este tenha sido aprovado em 2009 apenas se reflectiu financeiramente e contabilisticamente em Abril de 2010. Este facto embora facilitador de Tesouraria não tem acção retroactiva na relevância contabilística. -----

-----A conta 75 “Trabalhos para a Própria Entidade”, reflecte de igual forma um peso de tesouraria, contribuindo para um acentuar da dívida. As obras efectuadas e realizadas conforme páginas de 2 a 5 do relatório de gestão, tem exposto de uma forma minuciosa a realização das mesmas, organizadas por freguesia. É importante expor neste formato porque estas mesmas obras na grande maioria tiveram intervenção e participação da Junta de Freguesia. -----

-----Continuou dizendo que embora a autarquia apresente uma valorização dos seus activos de 746.562,30€, são investimentos que esta autarquia realizou no território das suas freguesias, obras que consideram importantes e estruturantes para o desenvolvimento da freguesia. Substanciaram-se estas mesmas obras em infra-estruturas num claro

melhoramento de ruas e estradas, com a colocação de betuminoso e calçada, houve freguesias que foram completamente intervencionadas, caso exemplo, da freguesia do Maçal do Chão. -----

-----Disse que houve exemplos de intervenção não só apenas nos seus arruamentos como em recuperação de edifícios que representam a sua identidade e cultura, casos exemplos, recuperação de fornos comunitários, igrejas, capelas, pelourinhos, espaços “de rossio”, mercado de gado, citando como exemplo, Maçal do Chão, Carrapichana, Velosa, Açores, com uma intervenção considerável nos espaços verdes, com instalação de rega, bem como um sistema inovador de fornecimento de água potável, na própria freguesia, com um aumento automatizado da pressão, nas habitações dos seus munícipes aproximadamente 2 a 3 quilos de pressão. Tudo isto teve como base um melhoramento das condições existentes na freguesia de Açores, bem como o consumo elástico, provocado pela visita dos seus emigrantes. -----

-----Relativamente à freguesia de Prados referiu o alargamento e exemplar investimento efectuado pela Junta de Freguesia no largo, tendo sido de igual forma participado pela atribuição de subsídio.-----

-----No que concerne a Linhares da Beira disse que foi de igual forma intervencionada no projecto inovador do castelo, bem como o alargamento de ruas, colocação de calçadas e organização de águas pluviais. -----

-----Deu como exemplo de obras em fornos comunitários as freguesias de Salgueirais, Lageosa do Mondego, Cadafaz e Açores. A este propósito a freguesia de Cadafaz foi um claro exemplo de intervenção de uma Junta activa, colaboradora e cooperante financeiramente, tendo sido co-financiados arruamentos, requalificação de largos, fornos comunitários e exploração de água, de forma que a freguesia tenha um abastecimento automático e natural. Note-se que esta obra foi feita em colaboração com a comissão que gere o regadio da freguesia. -----

-----Disse que o prolongamento de saneamento e redes de água foi efectuado na grande maioria das freguesias. -----



-----Intervenções de embelezamento e tratamento de rede de saneamento foram realizados, bem como todos os investimentos considerados necessários e de classificação “SOS”, a salientar a instalação da ETAR de Vide-Entre-Vinhas, Cortegada e Quintãs de Baixo. Salientou ainda que por oportunidade de negócio foi adquirido material, encontrando-se inscrito na rubrica 62 Fornecimento Serviços Externos, em stock para a realização de obras, consideradas igualmente estruturantes, a este exemplo cita Celorico Gare com a realização da ampliação do cemitério, bem como a execução de obras de arruamento e águas pluviais com uma extensão aproximadamente de 800 metros na entrada de Celorico da Beira que é considerada a entrada nobre de quem sai e entra no Interior Norte. A este propósito no exercício de 2010 existirá uma reclassificação patrimonial. Disse que o património do Município de Celorico da Beira reflecte um aumento em imobilizado corpóreo e bens de domínio público na ordem de 1,4 milhões de euros, isto só por si, reflecte em primeiro lugar, a atenção do Executivo num claro investimento em despesas de capital consideradas estruturantes, traduzindo após a sua conclusão em imobilizado em curso, cerca de meio milhão de euros de possibilidade de realização financeira pela alienação de lotes para construção, citando, o lote junto ao mercado municipal, bem como os lotes no Bairro das Ingotas. Esta reflexão que se prestou no investimento da Junta da Freguesia não será por justificar o aumento registado em fornecedores, mas será essencialmente para provar a multiplicidade de investimentos que o Executivo efectuou, tendo implicitamente um aumento agressivo e acentuado da qualidade de vida dos munícipes do nosso concelho, contrariando a “humildade depreciativa” que se viveu nos últimos anos.-----

-----A taxa de execução orçamental teve efectivamente um ligeiro decréscimo de realização, que já tinha sido vista aquando da aprovação do orçamento, representando esta taxa a herança do passado e as acções judiciais que têm vindo a massacrar o Município de Celorico da Beira, por erros do passado.-----

-----Em matéria de despesa com o Pessoal, disse que, esta rubrica apresenta um aumento de 469.232,96€ e este aumento justifica-se pela recuperação da promoção de carreiras dos colaboradores da autarquia e de igual forma a existência de algumas reclassificações, que traduzem um aumento de 70.755,52€, bem como o aumento salarial em cerca de 85.036,19€ e também pela contratação de novos colaboradores posicionados em algumas áreas que se justificam pela amplitude de acção do turismo. A salientar, 3 colaboradores no Castelo de Linhares da Beira, 2 para a manutenção limpeza de arruamentos, jardins e algumas obras de manutenção, 1 colaborador no Museu Escola de Salgueirais, 1 na casa do Mundo Rural de Prados, 1 nos Moinhos da Rapa, 1 no Castelo de Celorico da Beira e 3 no Departamento de Acção de Turismo. Esta função incrementou 10 funcionários no sector, sendo visível a diferenciação do 2.º semestre de 2009 e no decorrer de 2010, pelo enriquecimento da oferta de eventos, culturais e turismo, bem como um aumento acentuado de visitantes no Concelho de Celorico da Beira, com uma média mensal de 700 visitantes com tendência a aumentar. -----

-----Disse que o Executivo está a equacionar cobrar um valor simbólico de entrada nos castelos, para auxiliar nas despesas de manutenção destes espaços. -----

-----Referiu que a função turismo é uma função motora para o desenvolvimento do Concelho e consideraram a necessidade de reequacionar a afectação de pessoal em alguns locais a aumentar e, noutros a diminuir. -----

-----Espaços internet e portal do Município justificaram a contratualização de mais 4 colaboradores. Todo o investimento citado anteriormente em arruamentos, na sua requalificação e manutenção, bem visível por todos nós justificou a contratualização de cerca de 28 colaboradores. -----

-----Referiu ainda que a função escolar em 2009 teve um aumento significativo, não só pela responsabilidade financeira que representa, bem como pela transferência de recursos efectivos do parque escolar para os

quadros da autarquia, representando cerca de 80 funcionários. Esta transferência efectivou despesa no último quadrimestre de 2009 com a rubrica de auxiliares de acção educativa. -----

-----O Executivo tem consciência clara que a rubrica de pessoal representa um peso muito considerável sobre a qual tem que haver uma grande disciplina de gestão. Disse que a taxa de desemprego no concelho de Celorico da Beira é uma realidade tal como no país, no mês de Março de 2010, era de 3,5%, o que denota que é um concelho com um pequeno desemprego e que a autarquia está empenhada na dinamização da economia local, bem como na presença de investidores no nosso concelho, permitindo uma reposição da massa activa do nosso concelho em outras actividades. -----

-----Salientou que as candidaturas dos parques empresariais foram efectivadas, esperando-se um arranque efectivo de obra ainda em 2010, isto pressupondo uma realização de candidatura, conforme apresentada pelo Município. -----

-----Disse ainda que esta reflexão tem intrinsecamente associada a responsabilidade que o Executivo teve em incrementar a função social, contribuindo para a estabilidade das famílias e sua manutenção no concelho. Referiu que têm consciência que estas medidas implicaram um aumento de custos para o município mas também representaram a estabilidade da economia local, pelas compras dos mesmos munícipes, que tem ainda associado o grande e exemplar investimento junto das famílias mais carenciadas no concelho, nomeadamente nas habitações e conforto das famílias mais necessitadas, tendo sido intervencionadas mais de 30 habitações, colocando-se telhados, divisões de casa de banho e conforto mobiliário, atribuído às famílias. Referiu ainda que algumas destas intervenções tiveram cooperação institucional, nomeadamente da Fundação EDP. Todas estas intervenções foram realizadas por colaboradores do Município e que sem a sua contratualização, não seria possível. Esta intervenção foi classificada na conta 62 Fornecimento

Serviços Externos e na conta 64 Despesas com Pessoal, traduzindo toda essa intervenção por Administração Directa, o que contrariamente e em opção só seria possível intervencionar por ajustes directos e prestação de serviços efectuados por empreiteiros, o que traduziria claramente um aumento agressivo do investimento.-----

-----Quanto ao passivo, salientou um decréscimo na dívida de médio e longo prazo na ordem de 1 milhão de euros, traduzindo uma clara resposta à responsabilidade assumida por este Executivo. No entanto, as dívidas de curto prazo não tiveram o mesmo comportamento, tendo tido um aumento de 1,9 milhões de euros. Este aumento encontra-se reflectido na conta 26, bem como na conta 22, a conta 22 reflectindo as obras mencionadas e justificadas nos trabalhos para a própria empresa que traduziram um aumento da valorização do activo referido anteriormente, em 746.000€, sendo este proveito, mas a nível de formação de 257.000€, o que contribui, como aliás à frente se verá, na Demonstração de Resultados, na ordem de 130.000€. -----

-----Disse que consideram que o aumento das dívidas registadas em 1,3 milhões de euros em “Outros Credores” reflecte claramente o que inicialmente foi exposto com a elevada taxa de execução física das obras, co-financiadas, nomeadamente a biblioteca municipal, as requalificações de Santa Luzia e Santa Eufêmea, bem como todo o investimento efectuado no INTERREG e habitação social. A não entrada em tesouraria de valores co-financiados penaliza fortemente o agravamento da dívida. -----

-----Quanto à Demonstração de Resultados, pese embora tenha havido um agravamento da dívida, realizou-se mais obra, mais valorização patrimonial, com uma variação para o aumento na ordem de meio milhão de euros, posicionado na conta 62, mas com reflexo directo nos trabalhos para a própria entidade, que aumentou 80.000€, em relação a 2008. Queremos também dizer que a autarquia procurou realizar receituário tendo tido um aumento na ordem dos 300 mil euros em relação a 2008. -----

-----Em sumário a Demonstração de Resultados, em 2008 tinha Resultados Operacionais positivos, evidenciando assim a capacidade económica, capacidade de aproveitamento de recursos e uma adequada aplicação de receitas. Os Resultados Financeiros apresentam uma diminuição de 300 mil euros em relação a 2008, reflectindo as condições financeiras de mercado, bem como o pagamento de responsabilidades financeiras junto das instituições.-----

-----Disse ainda que o Resultado Líquido do exercício apesar de apresentar um resultado negativo, é claramente afectado pela constituição das provisões para riscos e encargos. Importa dizer que isto reflecte a total transparência do Executivo, na existindo qualquer habilidade de cortina. Esta provisão constitui garantia à dívida das AZC, e não ter sido constituída, representaria um claro resultado líquido histórico. No entanto, disse que a importância desta, traduz claramente a necessidade de um maior empenho do Executivo numa melhoria “SOS” na contenção dos custos, nomeadamente em despesas com pessoal e obras, tendo neste momento (2010) a obrigação de reflectir a expressão dessa recuperação.---

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por dizer que continua a aguardar resposta sobre os requerimentos com data de entrada na Câmara Municipal em 23/02/2010 e a listagem das dívidas a fornecedores, com a respectiva antiguidade, da EMCEL, bem como o parecer jurídico sobre a necessidade de a autarquia contratualizar um seguro para a utilização das “trutas”. -----

-----Relativamente às contas, começou por questionar sobre o valor de 731.057,13€, relativo à ADSE e que consta da certificação legal de contas, no *item* “Reservas”.-----

-----Pedi ainda esclarecimentos sobre uma transferência de 1 milhão de euros, em 2009, de dívidas de médio e longo prazo para curto prazo.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** esclareceu que esta é uma dívida do passado, à qual este Executivo tem vindo humildemente a fazer face e resulta dos encargos com o reembolso das despesas de saúde dos funcionários da autarquia, que se encontra em mora. -----

-----Esclareceu que no início de 2005 houve uma proposta de contracção de um empréstimo, por parte da tutela para liquidar estas dívidas e que não contaria para efeitos de endividamento. Contudo, o Executivo de então não aproveitou esta oportunidade e nada fez deixando a arrastar a situação, que foi herdada pela actual composição do Executivo que foi obrigado a estancar a dívida e a regularizar a situação, desde então. -----

-----Sobre a transferência de dívida esclareceu que se refere à dívida à MRG, dos mandatos dos anteriores Presidentes, Júlio Santos e António Caetano, que em cada exercício é feita uma especialização, porque foi feita um acordo da venda dívida a uma instituição bancária. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** de seguida disse que tem plena consciência que este Executivo recebeu uma pesada herança, mas da análise que se faz dos anos subsequentes a 2005 concluiu que a evolução é negativa, porque caso contrário não estariam a um passo do saneamento financeiro. -----

-----Disse que as dívidas globalmente têm aumentado, continua a haver aumentos significativos na área de recursos humanos. A conta de Fornecimentos e Serviços Externos tem a mesma trajectória de aumento de um ano económico para outro, contrariamente aos proveitos que, apesar de apresentarem uma trajectória crescente, não acompanham a evolução dos custos. -----

-----Referiu ainda que as contas vêm colocar em causa a honestidade e veracidade intelectual, com que foi feito o orçamento, porque da análise das contas verifica-se que dívidas que já existiam, não foram consideradas na elaboração do orçamento, exemplificando com a alteração ao

orçamento de 13 mil euros para 140 mil euros, nos encargos para 2010, num empréstimo da CGD, situação que considera inexplicável.-----

-----Relativamente à execução orçamental disse que de facto houve uma diminuição de 2008 para 2009, mas este foi um percurso que se registou de igual forma nos anteriores exercícios económicos, evidenciando fraco rigor na elaboração do orçamento.-----

-----Por último, disse que o problema da dívida é um problema real, que obriga à tomada de medidas. Considera que o Executivo tem que reflectir sobre o assunto e estudar a sustentabilidade desta forma de gestão que tem vindo a adoptar, porque na sua opinião, o PRED, por exemplo, sossega o problema durante um período de tempo, mas depois terão que solucionar outros problemas e fazer face a outras exigências, para as quais a autarquia não está preparada.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que a dívida cresce em obra financiada, bem como as obras que foram feitas no passado e que estão em dívida.-----

-----Disse que a única forma de estancar a dívida é parar o desenvolvimento do concelho, não fazendo obra e despedir recursos humanos. Disse que, embora o Executivo tenha plena consciência que terá que haver uma reengenharia em termos de recursos humanos e muita contenção de despesa, partir para uma solução de reequilíbrio financeiro é hipotecar o futuro do Concelho, durante os próximos 12 anos. -----

-----Referiu que têm travado a opção de reequilíbrio ou saneamento financeiro, porque têm sossegado os fornecedores e feita uma gestão criteriosa das despesas. Disse que a autarquia tem candidaturas e caso opte pelo reequilíbrio, não poderão ser concretizadas, mas são investimentos estruturantes para o concelho, na área das acessibilidade e da educação e enquanto o concelho não estiver dotado destas infra-estruturas, esta opção terá que ser analisado com muito cuidado, caso contrário deixará de haver investimento e consequente crescimento.-----

-----Continuou dizendo que o reequilíbrio terá que ser estudado e analisado sob uma perspectiva de benefícios e a lei tal como está, é demasiada castradora para os Municípios, deveria pelo menos, ter alguma abertura relativamente às candidaturas ao QREN. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** reiterou que têm que ter consciência que a dívida corrente está a aumentar e que um dia a tutela irá colocar imposições, que irá colocar a autarquia numa situação insustentável. Disse que, na sua opinião é preferível diminuir o investimento e cortar a despesa do que sustentar uma situação como a actual. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que as palavras do Senhor Vereador vão ao encontro das preocupações do Executivo, de facto a contenção é uma exigência diária nesta autarquia e que esse é o caminho a seguir, mas o Executivo tem responsabilidades sociais e económicas que não pode abandonar. Disse que a autarquia não pode parar, é preciso investir o mínimo dos mínimos, frisou que têm plena consciência da necessidade de controlar as contas 62 e 64. Relativamente a essas contas disse que para realizar obra é necessária adquirir materiais e recursos humanos para as executar. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os documentos de prestação de contas, referentes ao ano financeiro de 2009.**-----

-----**Mais deliberou submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, para cumprimento do estipulado na alínea c), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua actual redacção, os documentos da prestação de contas relativos ao ano de 2009.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----



-----**ASSUNTO: APROVAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS - EMPRÉSTIMO 1.050.072,00€(HABITAÇÃO SOCIAL)**-----

-----Foi presente informação interna da Secção de Contabilidade e Património, datada de 09/04/2010 que se anexa a esta acta (**anexo II**), informando que no seguimento do procedimento para a contratação de um empréstimo para aquisição de habitação social no valor de 1.050.072,00€, que o Executivo adjudicou à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, é necessário que o Executivo aprove as cláusulas contratuais e que a Assembleia também aprove a contratação do referido empréstimo. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as cláusulas contratuais referentes ao empréstimo para aquisição de habitação social, adjudicado à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, no valor de 1.050.072,00€**-----

-----**Mais deliberou, submeter a referida proposta à Assembleia Municipal para aprovação, de acordo com o estipulado na alínea d), n.º 2, do art. 53.º, da Lei n.º 169/99, na sua actual redacção.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S 2010**-----

-----Submete-se ao Executivo para aprovação a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2010, documentos que ficam apensos a esta acta (**anexo III**). -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que esta revisão fica a dever-se essencialmente à necessidade de dotação orçamental para a execução dos projectos co-financiados, por fundos comunitários que não estavam incluídos inicialmente nas Grandes Opções do Plano de 2009, nomeadamente os projectos dos parques industriais e Celorico-Gare e da A25, bem como alteração da calendarização de

projectos de várias estradas municipais e ainda o empréstimo para a habitação social. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** colocou várias questões sobre a anulação e correcção de várias rubricas e que projectos iriam afectar, entre eles pretendeu saber o porque de na rubrica escolas ter havido uma anulação de 200 mil euros.-----

-----Tendo o Senhor **Presidente da Câmara** esclarecido que era relativo ao parque escolar e que mesmo iniciando-se o projecto neste ano, nunca se iria gastar mais do que o valor que ficou corrigido. -----

-----**A Câmara deliberou por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar os documentos supramencionados e submetê-los à aprovação da Assembleia Municipal conforme estipulado na alínea c), n.º 2, do art. 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro na sua actual redacção.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

### -----**III – EMCEL**-----

#### -----**ASSUNTO: RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2009**-----

-----Dando cumprimento ao estipulado na alínea c), do artigo 27.º, da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, e da alínea d), do artigo 19.º, dos Estatutos da Empresa Municipal Celoricense, foi presente pelo Senhor Presidente da Câmara para discussão e posterior aprovação, o documento referenciado em epígrafe, que fica a fazer parte integrante desta acta **(anexo IV)**.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que o relatório de gestão é suficientemente expressivo da realidade da EMCEL. Em 2009 continuou a exigir uma elevada comparticipação de capital da Câmara

Municipal. A empresa tem duas unidades económicas que são o Solar do Queijo e o Lagar Municipal, que apresenta um resultado positivo, mas relativamente ao Solar do Queijo diz que esta unidade tem a obrigação de dar melhores resultados e não tem vindo a cumprir essa missão, que começa logo pelo fraco empenho comercial dos colaboradores que trabalham nessa unidade. Disse que infelizmente a EMCEL ainda tem recursos humanos, que regra geral, não estão interessados na sua missão, tendo levado à sua deslocalização e sendo a empresa fortemente penalizada nesta unidade.-----

-----Disse que os resultados operacionais são mais elevados em relação a 2008, só são positivos porque a autarquia teve que dar cumprimento ao estipulado no art. 31.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29/12, traduzindo isto que a EMCEL, em 2009 corria o risco de aprovar um resultado operacional negativo, o que obriga à reposição por parte da autarquia, esta situação associada ao pagamento de indemnizações a trabalhadores, bem como um elevado decréscimo do volume de vendas do Solar do Queijo, a EMCEL continua a ter uma função social demasiado pesada para a rentabilidade que representa na sua função económica.-----

-----Disse que a gestão das contas é feita ao milímetro. Disse que houve investimentos feitos nas piscinas municipais que a autarquia assumiu, mas que posteriormente tiveram que ser transferidos para as contas da EMCEL.

-----Disse que a EMCEL apresenta um Resultado Líquido de 17 mil euros, mas que são o reflexo da transferência da autarquia. Frisou a necessidade de se criarem novas oportunidades de negócio e do empenhamento dos seus colaboradores para que a EMCEL reverta a situação e deixe de ser tão dependente da autarquia.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por questionar o porque de ter aumentado o número médio de pessoas ao serviço da Empresa Municipal. Tendo o Senhor **Vereador António Silva**, esclarecido que se devia ao pessoal das escolas, esclarecendo que, para colmatar

essa situação foi usada uma das funções estatutárias da EMCEL, mas que esta função iria diminuir novamente. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse ainda que a EMCEL tinha uma dívida de fornecimento de imobilizado, do passado, que irá acabar este ano, permitindo uma certa acalmia nas contas, reiterando, que embora, lentamente a EMCEL tenderá a caminhar para o equilíbrio. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que terá que ser feita uma reflexão sobre a gestão da EMCEL, porque terá que haver outra explicação, para além do fraco empenho dos funcionários, para uma quebra nas vendas tão acentuada, mesmo com a realização das inúmeras feiras, a trajectória é de diminuição. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que a EMCEL tem uma dívida pesadíssima à banca. Disse que a EMCEL tem que ser mais comercial, designadamente a unidade Solar do Queijo, que fica muito aquém do desejado.-----

-----Disse que a diminuição das vendas também se fica a dever ao facto de a EMCEL ter concessionado o restaurante/bar a funcionar no Centro Coordenador de Transportes. -----

-----**Após análise dos documentos, a Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar o Relatório de Gestão e Contas da EMCEL, relativos a 2009 e remeter os mesmos, para conhecimento, à Assembleia Municipal, de acordo com o estipulado na alínea c), n.º 1, do art. 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Victor Santos**:-----

-----“Abstenho-me por dois motivos: -----

-----Primeiro, não poderia votar contra porque não tenho elementos que me levem a concluir que as contas de 2009 não tenham sido elaboradas com rigor; -----

-----Segundo, por outro lado também não posso votar a favor porque a análise dos documentos apresentados, suscitam-me dúvidas, quanto ao rigor e aos pressupostos como foram elaborados os documentos previsionais (orçamentos) anteriormente apresentados. -----

-----IV - **MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL - EXÉRCITO PORTUGUÊS - BRIGADA DE INTERVENÇÃO** -----

-----**ASSUNTO: EXERCÍCIO DRAGÃO 10 - PEDIDO DE COLABORAÇÃO**-----

-----Foi presente ofício n.º 1421, datado de 22/04/2010, proveniente do Ministério da Defesa Nacional – Exército Português, referindo que no âmbito do treino operacional, a Brigada de Intervenção vai realizar o seu exercício anual (DRAGÃO 10) no período de 14 a 21 de Maio de 2010, a decorrer na região de Trancoso, Meda e Celorico da Beira, onde irá desenvolver um conjunto de actividades, para as quais contam com a prestimosa colaboração institucional da Câmara Municipal. -----

-----Nesse sentido, e de acordo com os contactos estabelecidos, solicitaram a colaboração da Câmara Municipal de Celorico da Beira, na disponibilização das seguintes infra-estruturas: -----

-----Pavilhão Gimnodesportivo; Instalações do Estádio Municipal e respectivos anexos; Instalações do Mercado Municipal; Edifício em construção da Biblioteca Municipal; Aviário de Celorico da Beira; Mercado de Carrapichana e Ecoponto de Celorico da Beira.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----V - **SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO**-----

-----Foi presente informação da Secção de Recursos Humanos, datada de 08/04/2010, que se anexa à presente acta (**anexo V**), referindo que a Dr.ª Fátima Alexandra do Nascimento Saraiva, solicitou a rescisão do seu contrato com efeitos a 06 de Maio de 2010, o qual tinha por objectivo leccionar 7 horas semanais de Inglês no âmbito das Actividades Extra Curriculares, devendo o Município proceder à sua substituição uma vez que, ao abrigo do Contrato n.º 467/2009, cabe ao Município assumir a competência de Implementação das AECs. -----

-----Apesar de se tratar de um processo de selecção de pessoal a realizar através do sistema informático da Direcção Geral dos Recursos Humanos da Educação, regendo-se o mesmo por regulamentação diferente da Portaria 83-A/2009, esse facto não inibe de se cumprir o estipulado no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro pelo que solicitam que seja sujeita a deliberação do órgão executivo a abertura de procedimento concursal para preencher o posto de trabalho, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Certo e a Tempo Parcial, da carreira de Técnico Superior. -----

-----**Nos termos da informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à abertura de procedimento concursal para preencher um posto de trabalho, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, a Termo Certo e a Tempo Parcial, da carreira de Técnico Superior.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: ACIDENTE DE SERVIÇO**-----

-----A Câmara tomou conhecimento da participação do acidente de serviço, ocorrido no dia cinco de Abril de dois mil e dez, pelas dezoito horas, referente à funcionária Maria de Fátima Carvalhal Filipe Martins, funcionária da Escola C+S Sacadura Cabral de Celorico da Beira, com

contrato de trabalho a Tempo Indeterminado, tendo este Executivo deliberado, por unanimidade, considerá-lo como acidente em serviço. -----

-----**ASSUNTO: FALTAS INJUSTIFICADAS**-----

-----A Secção de Recursos Humanos refere que um funcionário já possui mais de 5 faltas injustificadas seguidas, sendo a consequência desta situação o despedimento nos termos da alínea g), do artigo 18º, da Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro. Nesta sequência, foi presente uma informação interna do Gabinete Jurídico, datada de 23/03/2010, informando que a situação apresentada pela Secção de Recursos Humanos configura a ausência do trabalhador no local de trabalho, durante o período em que devia desempenhar a sua actividade. -----

-----Resulta que o funcionário em causa, já possui 5 faltas injustificadas, e nos termos do disposto na alínea g), do artigo 18º, da Lei n.º 58/2008 de 9 de Setembro, as faltas injustificadas constituem violação do dever de assiduidade e determinam perda da retribuição correspondente ao período de ausência, o qual será descontado na antiguidade do trabalhador, podendo levar a processo disciplinar com vista ao despedimento. -----

-----No caso em apreço, a infracção inviabiliza a manutenção da relação funcional, ao que, acresce que, o funcionário justificou extemporaneamente as suas faltas, sendo de considerar as mesmas injustificadas. -----

-----**De acordo com a informação do Gabinete Jurídico, a Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, proceder ao despedimento do referido funcionário.**-----

-----**VI - GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL**-----

-----**ASSUNTO: PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES**-----

-----Foi presente informação interna do Gabinete de Acção Social, datada de 23/03/2010, referindo que a munícipe Maria Augusta Figueiredo

dos Santos Boiça, solicitou o pagamento de dívida de água em prestações. Nesta sequência informam que foi efectuado o levantamento da listagem de recibos em falta de pagamento, sendo o total da dívida um valor de 161,47€ (acrescido ainda de juros de mora à taxa legal em vigor). -----

-----De acordo com o Regulamento Municipal de Abastecimento de Água, Capítulo IX - Disposições Finais, artigo 62.º, n.º 1, pode o pagamento ser efectuado em prestações, desde que o rendimento *per capita* do agregado familiar do proprietário ou usufrutuário for inferior ao salário mínimo nacional. -----

-----Nos termos do referido artigo, o pagamento das facturas poderá ser efectuado num máximo de 12 prestações mensais iguais, acrescidas dos juros legais. De acordo com o referido no n.º 2, do mesmo artigo a falta de pagamento de qualquer uma das prestações, implica o vencimento de todas elas, procedendo de imediato à sua cobrança coerciva. -----

-----Depois da análise da documentação apresentada pela requerente à luz do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água, informam que o agregado em causa aufere, um rendimento *per capita* inferior ao salário mínimo nacional. -----

-----Face ao exposto anteriormente, informam que a dívida contraída poderá ser liquidada de acordo com o estipulado no referido Regulamento, sendo o pagamento das facturas efectuado pelo máximo de 12 prestações mensais, perfazendo um valor mensal de 13,45€ acrescido ainda de juros de mora à taxa legal em vigor. -----

-----A falta de pagamento de qualquer uma das prestações implicará o vencimento de todas elas, procedendo de imediato à sua cobrança coerciva, tal como o previsto no artigo 62.º, n.º 2 do mesmo regulamento. ---

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar que o pagamento da dívida no valor de 161,47€, acrescido de juros de mora à taxa legal em vigor, seja efectuado num máximo de 12 prestações mensais, no valor de 13,45€ cada, sendo que, a falta de pagamento de**



**qualquer uma das prestações, implica o vencimento de todas elas, procedendo de imediato à sua cobrança coerciva. -----**

**-----ASSUNTO: PASSE ESCOLAR-----**

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 13/04/2010, referindo que deu entrada no Município um ofício remetido pela encarregada de educação, Alice Dias, informado que o seu educando Filipe dos Santos Dias, está actualmente a beneficiar do escalão 1.º, do Abono de Família. -----

-----Considerando a informação dada pela encarregada de educação, pressupõe-se que a mesma pretenda beneficiar também do escalão 1.º, para efeitos de passe escolar. Em reunião de Câmara realizada a 2 de Dezembro de 2009 foi deliberado por unanimidade, conceder auxílio económico para comparticipar o pagamento do passe escolar do aluno Filipe dos Santos Dias, tendo por referência o escalão de abono de família que usufruía – 2.º escalão. -----

-----Nos termos do Despacho n.º 18987/2009, artigo 8.º, n.º 1, o escalão de apoio em que cada agregado familiar se integra é determinado pelo seu posicionamento no escalão de rendimentos para atribuição de abono de família. Assim, considerando a última declaração emitida pela Segurança Social, com o escalão de abono de família do aluno 1.º escalão, entendem que o aluno para efeitos de Passe Escolar deve beneficiar até ao final do presente ano lectivo do escalão 1.º. -----

**-----Face à informação prestada pela Segurança Social, a Câmara deliberou, por unanimidade, que o aluno Filipe dos Santos Dias, beneficie de passe escolar, no escalão 1.º, até ao final do presente ano lectivo. -----**

**-----ASSUNTO: ISENÇÃO DA TAXA DE CONSERVAÇÃO E TARIFA DE SANEAMENTO - NOVOS PEDIDOS-----**

-----Foi presente informação interna do Gabinete de Acção Social, datada de 14/04/2010, referindo que as Senhoras Maria de Lurdes Abrantes, Maria das Dores Castelo e Maria Rosa Bernardo, requereram a isenção de taxa de conservação e tarifa de saneamento. -----

-----Depois da análise da documentação entregue, de acordo com o artigo 46.º, n.º 3, do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água, o GAS verificou que os processos se enquadram no referido Regulamento, no Capítulo VII – Bonificações, artigo 46.º - Isenções, n.º 1, alínea a). -----

-----Dos processos referentes a Maria Rosa Bernardo e Maria Lurdes Abrantes, solicitam a isenção do pagamento da alteração do titular do contrato de água, visto se encontrarem na condição de viuvez e o contador estar em nome do falecido marido. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar do pagamento da taxa de conservação e tarifa de saneamento, desde que os consumos domésticos não ultrapassem os 5m<sup>3</sup>, as Senhoras Maria Lurdes Abrantes, Maria das Dores Castelo e Maria Rosa Bernardo.**-----

-----**Mais deliberou isentar do pagamento da alteração do titular do contrato de água, as Senhoras Maria Rosa Bernardo e Maria Lurdes Abrantes.**-----

-----**ASSUNTO: REVISÃO ANUAL DOS PROCESSOS COM ISENÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 14/04/2010, dando conhecimento que o Gabinete de Acção Social procedeu à revisão anual de todos os processos que beneficiam de isenção de tratamento de esgotos: taxa de conservação e tarifa de saneamento, de acordo com o Regulamento Municipal de Abastecimento de Água, Capítulo VII, artigo 46º, n.º 8. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----  
-----**VII - SECÇÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE ESPELHO**-----

-----**Requerente: Junta de Freguesia de São Pedro**-----

-----Foi presente informação interna do GTM n.º CN 187/2010, datada de 12/04/2010, referindo que analisado o assunto exposto pela Junta de Freguesia de São Pedro, no que respeita à “colocação de um espelho reflector, no cruzamento da Rua Maximiano António da Costa e Rua do Poço”, informa-se que após deslocação ao local confirma-se a necessidade de colocação de um espelho parabólico, no entroncamento da Rua do Poço com a Rua Maximiano António da Costa, no sentido de ser melhorada a segurança rodoviária do local. -----

-----Assim, face ao exposto, deverá ser aprovado um espelho parabólico no entroncamento referido, cumprindo assim o N.º 1 do artigo 8º do D.L. N.º 2/98 de 3 de Janeiro, o qual refere que é da competência da Câmara Municipal (executivo), deliberar sobre sinalização nas vias sob a sua jurisdição. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação de um espelho parabólico, no entroncamento da Rua do Poço com a Rua Maximiano António da Costa, em Celorico da Beira.** -----

-----**VIII - ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DA GUARDA**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE SUBSÍDIO**-----

-----Foi presente ofício n.º 91, datado de 09/04/2010, proveniente da Associação de Surdos da Guarda – Despertar do Silêncio, que tem por objectivo promover actividades e serviços de natureza social, educativa e cultural, que proporcionem ao Surdo o reforço da sua identidade, bem como, condições que conduzam à sua inclusão efectiva na comunidade em que se insere.-----

-----Por ocasião da comemoração do 10.º Aniversário da Associação, propõem-se organizar um conjunto de actividades que decorrerão ao longo do ano de 2010, solicitando um subsídio de modo a minimizar as despesas com as diversas actividades que irão ser organizadas. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 100€, à Associação de Surdos da Guarda, Despertar do Silêncio.** -----

-----**SUBSÍDIO EMCEL – 2.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL**-----

-----Foi presente informação interna da Secção de Contabilidade e Património, datada de 22/04/2010, que se anexa a esta acta (**anexo VI**), referindo que em virtude da EMCEL ter o dever de apresentar contas anuais equilibradas de acordo com o art. 31.º, da Lei n.º 53-F/2006 de 29 de Dezembro, e tendo em conta as informações disponibilizadas pela EMCEL, há necessidade de o executivo atribuir um subsídio de 50 000,00€ (cinquenta mil euros), de modo a cumprir com os critérios de equilíbrio de contas estipulados no artigo supra mencionado. -----

-----A atribuição deste subsídio implica uma alteração orçamental na rubrica do subsídio à exploração à EMCEL no montante atrás referido, pelo que deverá ser deliberado, tanto a atribuição do subsídio, bem como, a 2.ª Alteração ao Orçamento e GOP's de 2010. -----

-----Mais informam que esta alteração não ficou incluída na 1.ª Revisão ao Orçamento e GOP's de 2010, devido ao facto de à data da elaboração dos documentos para a Revisão, ainda não estarem disponíveis os dados relativos às contas da EMCEL, pelo que, terá de se efectuar esta 2.ª Alteração ao Orçamento e GOP's. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, atribuir um subsídio no valor de 50 000,00€ (cinquenta mil euros) à EMCEL, de acordo com o art. 31º, da Lei n.º 53-**

**F/2006 de 29 de Dezembro, bem como, aprovar a 2.ª Alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2010.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

**-----REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA-----**

-----Foi presente Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Celorico da Beira, acompanhado de informação da Secção Administrativa de Taxas e Licenças, datada de 23/04/2010, que fica apenso a esta acta **(anexo VII)**, dando conhecimento que tendo terminado o prazo de discussão pública, para a alteração do regulamento identificado em epígrafe, foram apresentadas algumas propostas de alterações por alguns serviços da Câmara, não tendo sido apresentada nenhuma sugestão ou reclamação por parte dos munícipes, torna-se necessário que o mesmo seja submetido a reunião de Executivo Camarário, conforme o disposto na alínea a), do número sete, do artigo sessenta e quatro, da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua actual redacção e da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do número dois, do artigo cinquenta e três, da citada lei.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar o Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Celorico da Beira e submetê-lo à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea a), do número dois, do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua actual redacção.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

**-----RATIFICAÇÃO DE DESPACHOS:-----**

**-----EMPREITADA – “BENEFICIAÇÃO DA EN 16 (CELORICO-LIMITE DO CONCELHO – GUARDA)” – APROVAÇÃO DE PROJECTOS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO -----**

-----Submete-se ao Executivo para efeitos de ratificação, nos termos do n.º 3, do art. 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o despacho do dia 20/04/2010, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara, na informação técnica, referente ao projecto supramencionado. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho emanado pelo Senhor Presidente da Câmara, com data de 20/04/2010, relativo ao projecto supramencionado. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

**-----EMPREITADA – “BENEFICIAÇÃO DA EM 581 (CRUZAMENTO DO BARAÇAL – LIMITE DO CONCELHO)” – APROVAÇÃO DE PROJECTOS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO-----**

-----Submete-se ao Executivo para efeitos de ratificação, nos termos do n.º 3, do art. 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o despacho do dia 20/04/2010, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara, na informação técnica, referente ao projecto supramencionado. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho emanado pelo Senhor Presidente da Câmara, com data de 20/04/2010, relativo ao projecto supramencionado. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

**-----EMPREITADA – “BENEFICIAÇÃO DA EM VELOSA – LIMITE DO CONCELHO” – APROVAÇÃO DE PROJECTOS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO-----**

-----Submete-se ao Executivo para efeitos de ratificação, nos termos do n.º 3, do art. 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o despacho do dia 20/04/2010, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara, na informação técnica, referente ao projecto supramencionado. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho emanado pelo Senhor Presidente da Câmara, com data de 20/04/2010, relativo ao projecto supramencionado.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**EMPREITADA – “BENEFICIAÇÃO EM 555 (PRADOS – ENTRONCAMENTO DE LINHARES) E DA EN 17 – EM 554 (MESQUITELA) – APROVAÇÃO DE PROJECTOS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**-----

-----Submete-se ao Executivo para efeitos de ratificação, nos termos do n.º 3, do art. 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o despacho do dia 20/04/2010, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara, na informação técnica, referente ao projecto supramencionado. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho emanado pelo Senhor Presidente da Câmara, com data de 20/04/2010, relativo ao projecto supramencionado.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**AVISO N.º 21/2010 – CANCELAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL PARA O DIA 18 DE MAIO**-----

-----Foi presente o aviso n.º 21/2010, dando conhecimento à população em geral que, por ter sido solicitado pelo Exército Português – Brigada de Intervenção do centro, o empréstimo do espaço do Mercado Municipal, para

o dia 18 de Maio, para serem treinadas as tropas pertencentes a esta Brigada, será cancelado o mercado semanal que teria lugar nesse dia. -----

-----**PEDIDO DE APOIO/PATROCÍNIO – NOVOS FITADOS DE DIREITO**

-----Foi presente documento dos alunos, Novos Fitados de Direito de Coimbra, solicitando um apoio/patrocínio através da aquisição de um espaço publicitário na “plaquete” de curso. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, adquirir uma inserção publicitária na “plaquete” de curso dos Novos Fitados de Direito de Coimbra, no valor de 150€**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**RECTIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO – ISENÇÃO DE IMT – PAULO MIMOSO**-----

-----Sobre o assunto, foi presente informação do Gabinete Jurídico, referindo que o requerente solicitou que a deliberação da reunião de Câmara do dia 18/11/2009, relativa ao assunto em epígrafe seja rectificada.

-----A rectificação pretendida prende-se com o facto de os artigos matriciais inicialmente apresentados (art. 552º e 575º) pelo requerente, para deliberação, terem sido objecto de alteração por força de constituição de uma propriedade horizontal. -----

-----Assim, face aos elementos apresentados e verificando-se que os artigos 807-A e 808-A, são respectivamente provenientes dos artigos urbanos inscritos sob os n.ºs 552º e 575º da freguesia de Linhares da Beira, nada obsta a que se proceda à rectificação nos termos solicitados. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, proceder à rectificação da deliberação da reunião de Câmara do dia 18/11/2009, relativa ao assunto “ISENÇÃO DE**



**PAGAMENTO DE IMT – PAULO MIMOSO UNIPESSOAL, L.DA”,**  
passando a ter a seguinte redacção:-----

-----“A Câmara nos termos do disposto na alínea b), do n.º 3, do art.  
39.º - B, da Lei n.º 53-A/2006 de 29/12/2006, alterada pelo Decreto-Lei n.º  
108/2008, de 26 de Junho, deliberou por maioria, com dois votos  
contra, dos Senhores Vereadores Júlio Santos e Victor Santos, isentar  
do pagamento de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas  
de Imóveis (IMT), a Sociedade – Paulo Mimoso Unipessoal, L.da, com  
sede em Rua da Corredoura, Linhares da Beira, contribuinte fiscal n.º  
507.055.985, referente a dois prédios urbanos com inscrição na matriz  
predial de Linhares com os n.ºs 807-A e 808-A.” -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 14:20h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu  
por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta,  
que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Maria Margarida  
Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----